

Amazônia e as Viúvas do Nacional-Desenvolvimento

Lupercio Antônio Pereira

RESUMO

Este artigo faz uma reflexão sobre um texto que corre pela Internet sobre uma suposta pressão das grandes potências capitalistas para a internacionalização da Amazônia, questionando até que ponto são reais tais ameaças e, se não, a quem interessaria a veiculação desse tipo de falsa informação.

PALAVRAS-CHAVES: Amazônia; internacionalização; imperialismo; nacionalismo; nacional-desenvolvimentismo.

Amazônia and the Widows of the National-development

ABSTRACT

This article makes reflection on a text that runs for the Internet on a supposed pressure of the great capitalist potencies for the internationalization of Amazônia, questioning to what extent they are real such menaces and, if not, to who would interest the veiculation of that type of false information.

KEY-WORDS: Amazônia, internationalization, imperialism, nationalism, national-desenvolvimentism.

INTRODUÇÃO

Corre atualmente pela Internet um texto atribuído a Cristóvam Buarque, economista de prestígio e ex-governador do Distrito Federal pelo Partido dos Trabalhadores, sobre uma suposta pressão mundial pela internacionalização da Amazônia, e que teria sido publicado pela grande imprensa dos EUA, Europa e Japão. Eu disse atribuído porque nem sempre é possível ter certeza quanto à origem ou veracidade de muitas notícias e comentários que circulam pela internet. Sabemos que, em se tratando de guerra de informações ou mesmo de brincadeiras (de bom e de mau gosto!), tudo é possível. Com a internet, essa possibilidade foi infinitamente potenciada. Mas, vamos lá! Seja ou não

de autoria de Cristóvam Buarque, tenha ou não sido publicado pela grande imprensa dos Estados Unidos, o fato é que o texto em si é uma realidade e já está exercendo uma função política no Brasil. Por essa razão, o texto merece uma reflexão. É o que faremos nas linhas que se seguem.

Amazônia: Passado e Presente

Do ponto de vista retórico, o texto é irrepreensível. Trata-se, a meu ver, de uma forma bastante engenhosa de defender o nacionalismo, pois seu autor busca esse objetivo por um caminho inesperado: explorando exatamente o sentimento universalista que existe em cada um de nós. Aí reside a genialidade ou, se preferir, o maquiavelismo do texto. Ele se antecipa a possíveis objeções e assim desarma o eventual oponente menos avisado. Para atingir seu objetivo, o autor do texto trabalhou com extraordinária habilidade as oposições altruísmo X egoísmo, universalismo X particularismo e idealismo X pragmatismo.

Embora não exatamente com essas palavras, o texto estrutura-se a partir de uma hipótese generosa: imaginem como o mundo seria melhor se todos fossem altruístas e universalistas. Prevalecendo essa hipótese, não haveria limite à comunicação e colaboração entre os homens, nem competição, nem exploração, nem desigualdades entre os indivíduos e nações, de modo que não existiriam sequer os Estados Nacionais, fonte de tantas guerras e de tantos males. Na seqüência, o texto induz-nos a confrontar essa hipótese com a realidade. Esta, por sua vez, revela-se cruel. Embora sejamos generosos, infelizmente temos de agir em conformidade com as regras de um mundo formado por nações que competem brutalmente entre si. Assim, a defesa da Amazônia seria uma necessidade imposta pelas circunstâncias, uma estratégia de sobrevivência num mundo egoísta.

O raciocínio é o seguinte: se os países ricos defendem com unhas e dentes suas reservas financeiras, seus conhecimentos tecnológicos, seus direitos autorais, seus museus e seus arsenais atômicos, por que o Brasil não pode defender sua preciosa Amazônia? E se o princípio é correto

* Doutor em História e Docente da Universidade Estadual de Maringá-PR

em relação à Amazônia, por que não aplicá-lo em relação a tudo que é nacional, como o nosso cinema, a nossa música e, obviamente, a nossa indústria?

O grande Rousseau certa vez definiu o homem como um ser moral que reúne dentro de si tanto impulsos altruístas como impulsos egoístas. Assim, ao partir de um ideal de um mundo generoso e sem fronteiras, o texto desarma qualquer resistência que nosso altruísmo poderia oferecer aos seus argumentos. Por outro lado, ao nos trazer de volta à dura realidade, o texto sensibiliza também o nosso lado pragmático, egoísta e competitivo.

Assim, o efeito retórico é perfeito: o texto tem um grande poder de convencimento porque atende aos impulsos contraditórios existentes em nosso ser, desarmando antecipadamente qualquer possibilidade de ser identificado ou com o “idealismo ingênuo” ou com o “realismo cínico”. A partir dessa bem articulada arquitetura conceitual-moral, o autor pode aplicar um exemplar “puxão de orelhas” nos países ricos, cobrando coerência em suas ações, enchendo de satisfação nosso ego nacional ferido em tempos de globalização. Sentimo-nos vingados. Olha só, pensamos em nosso íntimo, como somos capazes de dar uma tremenda lição de moral nesses gringos arrogantes e impertinentes. De quebra, fica a sensação de que somos possuidores da dose necessária de pragmatismo e de realismo político para enfrentar o jogo bruto da competição entre as nações.

Trata-se, em suma, de um texto sedutor. Mas, como tudo que é sedutor traz uma dose considerável de perigo, vamos tentar desvendar esse último aspecto do texto.

Antes de tudo, é preciso perguntar se haveria algum sentido em discutir essa questão atualmente. Se há, a que propósito político serve essa discussão?

Poder-se-ia começar a discussão a partir da questão tomada como eixo pelo texto atribuído a Cristóvam Buarque, isto é, a cobrança de coerência de um princípio. Neste sentido, seria pertinente perguntar: quem é “estrangeiro” na Amazônia? Levando esse princípio às últimas conseqüências, teríamos de admitir que a Amazônia não é “nossa” (descendentes dos colonizadores europeus), mas sim dos indígenas que habitavam aquelas terras antes da chegada de Cabral. Para os indígenas nós também seríamos estrangeiros e usurpadores daquela vasta região do mundo. Mas deixemos de lado essa questão de princípio, porque a ocupação da maior parte da Amazônia pelos brasileiros é um fato histórico e, a não ser que se pratique um novo genocídio, trata-se de algo irreversível.

Aliás, a evocação à história talvez possa nos auxiliar a desvendar o que poderia estar por trás desse novo e inusitado surto de nacionalismo em torno da questão da Amazônia.

A preocupação com a ocupação estrangeira da região amazônica é muito antiga. Ela remonta aos tempos do Brasil Colônia. Na época colonial, é conhecido o esforço feito pelo

Marquês de Pombal em meados do século XVIII no sentido de consolidar o domínio português naquela região, com a construção de portos fluviais, de vilas, de uma linha de fortificação militar, etc. O discurso da “ameaça” tinha não só uma base real nas históricas lutas entre portugueses e espanhóis pelo controle do interior da América do Sul, como servia aos propósitos políticos do grupo liderado pelo Marquês de Pombal que assumira o controle do Estado com uma proposta de revigoramento econômico, político e militar do vasto império português. Nessa conjuntura histórica, o discurso da “ameaça” justificava, para o contribuinte metropolitano e colonial, o sacrifício feito pelo Estado para a construção de fortes, arsenais, estaleiros navais, contratação de engenheiros militares, etc. Tudo em nome da futura grandeza e prosperidade do império lusitano.

Mais tarde, já como estado-nação, o Brasil voltou a discutir o perigo da ocupação “estrangeira” na Amazônia. Se na época de Pombal o perigo era representado pelos espanhóis, no segundo império a ameaça vinha das potências ocidentais (Inglaterra, EUA e França), que pressionavam o Brasil no sentido de que o vale do Amazonas fosse aberto à navegação e ao comércio internacionais. Naquela época, também, as ameaças eram concretas. A França tinha um duplo interesse: abrir o vale do Amazonas à passagem de seus navios e estender seu domínio territorial das Guianas até a foz do rio Araguari. Um jornal francês chegou, no final dos anos 50 do século XIX, a propor uma ação armada para forçar o Brasil a franquear a navegação do Amazonas e a ser mais leniente na negociação do litígio territorial com a França. Reivindicava-se, assim, o emprego contra o Brasil da chamada diplomacia das canhoneiras, aplicada com rigor aos velhos impérios da China e Japão, até então renitentes à abertura de seus portos aos navios mercantes das potências ocidentais.

A questão da Amazônia chegou a ser discutida entre sábios europeus como Elisée Reclus (geógrafo) e Horace Say (economista), os quais, embora não mencionando abertamente o emprego da violência armada, defendiam a tese da abertura do Amazonas ao comércio mundial. O assunto foi abordado também num livro polêmico, *The Amazon and the Atlantic slopes of south América*, de autoria de Maury, um pesquisador e oficial da marinha norte-americana que realizara uma viagem de estudo ao Amazonas. Neste livro, o tenente F. Maury chegou a afirmar que a soberania brasileira sobre a região Amazônica poderia ser contestada pelo seu “não uso” pelo império brasileiro, o que foi suficiente para despertar a ira de muitos políticos e ideólogos nacionalistas, que se valiam dessa discussão para encastelar-se na defesa de uma política de fechamento da economia brasilei-

ra.

Tavares Bastos, um publicista liberal e muito pragmático que lutou pela abertura da navegação do Amazonas, denunciou o uso político que os protecionistas faziam do livro de Maury, transformado “em peça tão abominável para o estadista brasileiro como para os fervorosos ultramontanos qualquer bíblia impressa em Londres”. Para Tavares Bastos, já era “tempo de abrir os olhos e de fazer justiça aos intrigantes que nos indispõem com, o que há de melhor no mundo civilizado para comodamente nos explorarem à sombra pesada de seus prejuízos, muralhas da China com que pretendem trancarnos.” Também Gonçalves Dias participou dessa polêmica; em carta dirigida a Tavares Bastos, o poeta saiu em defesa de Maury, cujo livro, apesar de alguns excessos e impropriedades, tivera, em seu julgamento, o mérito de chamar a atenção dos estadistas brasileiros para a esquecida região Amazônica. Só por isto, afirmou o autor de **Os Timbiras**, Maury deveria ser considerado “um dos beneméritos do Amazonas”.

A posição pragmática e liberal de Tavares Bastos foi vencedora. O Amazonas foi aberto à navegação internacional e a soberania brasileira foi mantida sobre uma vasta região ocupada, ainda que precariamente, desde o tempo colonial. Portanto, não foi cedendo à tentação do nacionalismo xenófobo que o Brasil conseguiu manter a soberania sobre a Amazônia num tempo em que a guerra ainda era, nas palavras de Metternich, um prolongamento da política; num tempo em que, mediante atos de violência armada e de atos de flagrante brutalidade, as potências ocidentais inauguraram uma nova fase de expansão imperialista na Ásia e África.

Tavares Bastos entendeu corretamente que a abertura do Vale do Amazonas ao comércio e à navegação estrangeira não punha em risco a soberania do país sobre aquela vasta região. De quebra, a abertura poderia dinamizar a região e fomentar a ocupação efetiva do solo amazonense, o melhor antídoto contra qualquer eventual ameaça estrangeira. Além disso, entendia que a abertura do Amazonas era uma questão de coerência. Se o governo imperial exigia dos vizinhos do Sul (Paraguai, Argentina e Paraguai) a livre navegação da Bacia do Prata, como poderia sustentar junto à comunidade internacional uma política oposta para o Amazonas e seus afluentes? No episódio de meados do século XIX, não foi a xenofobia que ditou a melhor e mais sensata política que garantiu a soberania brasileira sobre a Amazônia, mas sim uma concepção pragmática e universalista que procurou entender as verdadeiras forças em movimento num determinado

momento histórico.

Se foi assim no passado, quando o domínio físico de território ainda podia ser entendido como questão vital para o que alguns teóricos chamaram de fase imperialista do capitalismo ocidental, como entender esse surto nacionalista numa época como a atual, em que as formas cada vez mais sofisticadas da economia capitalista tornaram obsoletos os grandes impérios territoriais?

Na época do regime militar (1964/84), a ameaça estrangeira sobre a Amazônia voltou às manchetes dos jornais e ao debate político. A Amazônia voltou à baila por uma série de fatores: o temor norte-americano de que a Amazônia (colombiana, boliviana, venezuelana e brasileira) viesse a transformar-se numa nova “Sierra Maestra”; a divulgação de projetos estrangeiros mirabolantes como a construção de um imenso lago artificial na Amazônia; a presença de estrangeiros atuando como missionários ou como cientistas na região; a suposição de que o subsolo amazônico esconderia fabulosos recursos minerais estratégicos e imensas jazidas petrolíferas; a preocupação com o “vazio” demográfico da região, questão sensível para a doutrina de segurança nacional então em voga entre os militares, etc. Enfim, uma conjugação de fatos reais ou de meras fantasias sobre a Amazônia e sobre o funcionamento do mundo serviram de alimento para a imaginação xenófoba, à esquerda e à direita.

Esse temor foi instrumentalizado com maestria pelos militares nacional-desenvolvimentistas, que criaram o lema “integrar para não entregar” a Amazônia. O discurso da ameaça serviu de suporte ideológico para a construção da Transamazônica, da hidrelétrica do Tucuruí, para a instituição da Zona Franca de Manaus, para o financiamento público dos grandes projetos madeireiros, mineradores e agropecuários, bem como para os grandes incentivos fiscais e creditícios da política econômica dos governos militares para a chamada Amazônia Legal. O discurso da ameaça estrangeira servia, assim, a claros propósitos políticos. A “ameaça” estrangeira servia de justificativa para os generosos subsídios que engordavam a conta de muitos empresários bem relacionados nos altos escalões políticos e militares, enquanto os bordões “integrar para não entregar” e “Brasil, ame-o ou deixe-o” alimentavam o sonho nacionalista de Brasil potência acalentado pelos militares e por amplas camadas da população brasileira.

Internacionalizar a Amazônia?

Ora, depois de esgotada essa experiência histórica, não seria a hora de perguntar a quem e a que propósito serve essa nova e reiterada veiculação de notícias sobre uma suposta pressão pela “internacionalização” da Amazônia? Seria mero assunto de “nacionalista desocupado”, emprestando a fórmula já consagrada por Delfim Neto? Ou haveria algum interesse real por trás dis-

so? Onde estaria a fonte dessa preocupação? Nas gavetas ministeriais e nos planos estratégicos das grandes potências? Ou seria apenas mania de ecochatos, de ONGs à procura de financiadores ou de acadêmicos sem assunto? Ou, ainda, de atores e cantores à procura dos holofotes da mídia mundial?

Alguém, por acaso, já se deu ao trabalho de verificar se essas ameaças são reais? Há alguma prova ou indício forte de que haveria uma ação concertada das grandes potências nessa direção? Será que ninguém pensou na complicação em que as grandes potências se envolveriam caso resolvessem “internacionalizar” a Amazônia? Já se avaliou o custo dessa “internacionalização”? Será que alguém pensa seriamente que o mundo desenvolvido assumiria o abacaxi de administrar cidades tão problemáticas como Belém, Manaus, Santarém, São Luiz, etc, para falar apenas das cidades brasileiras, porque há ainda as cidades bolivianas, colombianas, venezuelanas. E o que os administradores “internacionais” fariam com o narcotráfico instalado em quase toda a Amazônia? E com a guerrilha das FARC e de outros grupos armados na Colômbia, e com o Sendero Luminoso no Peru? E, voltando à Amazônia brasileira, que destino dariam a Jader Barbalho, Gilberto Mestrinho, Jorge Murad, Hildebrando Pascoal e quejandos? Transformariam esses ilustres personagens da história amazônica em parceiros da “administração internacionalizada da Amazônia”? Ou seriam declarados os primeiros “cidadãos do mundo”, com passaporte da ONU?

Por acaso alguém já se deu ao trabalho de averiguar se o contribuinte/eleitor norte-americano está mesmo preocupado com a biodiversidade e com as queimadas da Amazônia? Se o cidadão norte-americano estaria disposto pagar mais impostos a fim de permitir ao Governo dos EUA incluir no orçamento polpudas verbas para fazer face às elevadas despesas decorrentes da “internacionalização” da Amazônia?

Refletindo sobre tudo isto, tenho cá comigo que os verdadeiros patrocinadores de tais propostas são, no fundo, inimigos viscerais dos Estados Unidos e da Europa Ociden-

tal. Causariam mais estragos nos Estados Unidos do que os fanáticos seguidores de Bin Laden. Alguém já pensou na questão sob esse ângulo?

CONCLUSÃO

Então, pergunto novamente, a quem ou a que propósito serve esse tipo de notícia? Trata-se de simples fantasmagoria que ronda a cabeça de xenófobos empedernidos, ou seria algo mais sério ligado aos interesses das viúvas do Estado nacional-desenvolvimentista?

BIBLIOGRAFIA

BUKHARIN, Nikolai I. - **A Economia Mundial e o imperialismo. Esboço Econômico.** S.P., Abril Cultural, 1984.

LENIN, Vladimir I. - **Imperialismo, fase superior do capitalismo.** In- Obras Escolhidas. S.P., Alfa-Ômega, 1979

LUXEMBURGO, Rosa - **A acumulação do capital.** R.J., Zahar, 1976.

.Introdução à Economia Política. S.P., Livraria Martins Fontes Edit. Ltda., s/d

NABUCO, Joaquim - **Um Estadista do Império.** RJ., Editora Nova Aguilar, 1975

PEREIRA, Lupércio Antonio - **Para além do Pão de Açúcar.** Uma interpretação histórica do livre-cambismo em Tavares Bastos. SP., Universidade de São Paulo, 2000 (Tese de doutorado)

PONTES, Carlos - **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) - 1839/1875.** SP., Companhia Editora Nacional, 1939.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido de - **Os males do presente e as esperanças do futuro.** SP., Cia Editora Nacional, 1975 [1861].

Cartas do solitário. SP., Cia Editora Nacional, 1975 [1862].

O Vale do Amazonas. SP., Cia. Editora Nacional, 1975 [1866]

Recebido em: 15/10/02

Aceito em: 16/11/02